

CONFLITOS E DEMARCAÇÕES TERRITORIAIS NA DIMENSÃO DO CAMPO¹

Laiana Silva de Oliveira Foepel Dias²

Resumo:

Este artigo visa compreender a intencionalidade do discurso dos sujeitos sociais e a transmissão deste discurso em um determinado grupo social estabelecido em suas relações sociais e organização espacial no território, assim como a produção do espaço e suas categorias filosóficas de tempo relacionadas a espaço em uma dialética total, onde o espaço também fala, ainda que por vezes não ecoe a voz através da dinâmica social historicamente construída, ainda visa abordar realidades sociais através de processos históricos vivenciados em diferentes espaços e/ou territórios por grupos sociais, os quais são compostos por sujeitos individuais, em distintas temporalidades e espacialidades, dependendo da relação de territorialidade e demarcação do uso em uma dialética singular, numa conjuntura do particular para o universal. A resistência e conquista de espaços improdutivos, cotados, remodelados caracterizados por uma rede de relações que emergem de um processo de territorialização em novos processos de sociabilidade para a caracterização de uma nova organização social.

Palavras-chave: Grupos Sociais. Identidade. Territórios.

Abstract:

This article aims to understand the intentionality of the discourse of social subjects and the transmission of this discourse in a particular social group established in their social relations and spatial organization in the territory, as well as the production of space and its philosophical categories of time related to space in a dialectic total, where space also speaks, although sometimes does not echo the voice through the historically constructed social dynamics, still aims to address social realities through historical processes experienced in different spaces and / or territories by social groups, which are composed of subjects individual, in different temporalities and spatialities, depending on the relation of territoriality and demarcation of use in a singular dialectic, in a conjuncture of the particular to the universal. The resistance and conquest of unproductive, quoted, remodeled spaces characterized by a network of relationships that emerge from a process of territorialization in new processes of sociability for the characterization of a new social organization.

Keywords: Social Groups. Identity. Territories.

Introdução

A análise do discurso pode transmitir processo de intencionalidade através de diversos sujeitos sociais, considerando que cada território produz características e identidades

¹ Texto produzido como crédito da disciplina Desenvolvimento Territorial e Conflitos Sociais no Campo, ministrada pelas professoras Dr^a Arlete Ramos dos Santos e M.a. Hingryd Inácio de Freitas, na Especialização em Educação do Campo da UESC.

² Graduada em Pedagogia, Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); Graduada em Teologia, Faculdade de Teologia Integrada (FATIN); Especialista em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar, do Instituto Superior de Educação Ocidentemte (ISEO), Núcleo de Pós-Graduação de Itabuna (NPGI); Pós-graduada em Neuropsicopedagogia da Educação, do Instituto Superior de Educação Ocidentemte (ISEO), Núcleo de Pós-Graduação de Itabuna (NPGI); Pós-graduada em Educação do Campo, Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, Ilhéus-BA. E-mail: laiana-oliveira@hotmail.com

singulares, as suas territorialidades, é necessário particularizar o conflito de classe e a dimensão deste conflito.

Interessante pontuar que mesmo após a conquista pela terra, correndo e assumindo riscos no processo de mobilização e organização pela luta de classes surge novos desafios de acordo com as demandas dos trabalhadores e/ou assentados, após a conquista pelo espaço territorial. Entraves, receios e avanços, êxitos e retrocessos, fincados na memória de uma peregrinação pela luta na conquista pela terra.

As exigências e reivindicações pautam uma nova mudança política, através de organização e demonstração de mobilizações dos trabalhadores, visto que é importante repensarmos espaços enquanto processos conflituosos que trazem a compreensão socioespacial de território, onde o espaço é uma representação compreendida por uma relação social com uma intencionalidade.

A intencionalidade é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço. A intencionalidade é uma visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo. (FERNANDES 2005, p.27 apud LEFEBVRE, 1991)

Considerando a intencionalidade, espaço e relação social se interrelacionam, reduzindo-se a representações características unidimensionais, constituindo o território sob uma forma de poder por admissão, onde ambos são concomitantemente conflitivos e contraditórios, transformando o espaço em território com formas de organização em espaços com várias dimensões.

Espaços anteriormente improdutivos, cotados por sujeitos sociais através de uma organização pautada pela luta pela terra, remodelando territórios que foram caracterizados por terra inativa ou latifúndios improdutivos, onde a partir de uma rede de relações emergem um processo de territorialização a partir de uma região restringida a um povo a novos processos de sociabilidade.

Campesinato: Classe social ou estilo de vida?

O campo vive um contexto de desigualdade social e contradições vivenciadas pelo campesinato em uma luta pela possibilidade de conquista da terra ou propriedade rural, associado a relações de poder. Através de seu modo específico e característico de vida em suas relações sociais, com roteiro em reivindicações sob a sociedade capitalista.

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês. (MARQUES, 2000 p. 59)

Assim, define-se por uma organização social apresentada ao modo de vida camponês inserido em um conjunto contraditório de subordinação e sistema capitalista. O camponês surge como sujeito político através de uma identidade desenvolvida através de evidentes modificações causadas no cenário das relações de trabalho. O camponês remete à sua origem e denominações locais na sua história, transformando a metodologia em vínculos sociais de trabalho ligado a terra, assim como a colocação comunitária da família na estruturação do modo de vida.

Agricultura familiar ou agricultura capitalista?

A produtividade familiar voltada para o dinheiro, segundo MARQUES (2008 apud Abramovay 1992, p 127), salienta uma natureza empresarial, apresentando a produção familiar ao mercado de trabalho.

Abramovay distingue agricultura familiar e patronal com base na classificação de Nikolitch que define a primeira como uma unidade de produção que conta apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família e a segunda, àquelas em que os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou o executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada. (ABRAMOVAY, 1992, p. 142-143)

A produção camponesa no contexto contemporâneo não restringe apenas a agricultura familiar e camponesa, porém a agricultura encontra-se em constante crise em uma base de produção de economia capitalista. Onde a agricultura camponesa caracteriza-se pela subsistência e a agricultura familiar caracteriza-se por meios de produção dotados de mão de obra comercializada, com pouca participação familiar.

Lamarche (1998, p.67-68) identifica quatro lógicas ou modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção a partir de uma interação entre laços familiares e grau de dependência em relação ao exterior, assim definidos: Empresa; Empresa Familiar; Agricultura Familiar Moderna e Agricultura Camponesa ou de Subsistência. E, para melhor especificar as particularidades de cada modelo, os dois critérios acima referidos foram desdobrados em oito, a saber: forma de relação com a terra; importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado, permanente ou temporário; estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem; relação com a representação familiar do estabelecimento; grau de intensificação do sistema de produção; aspectos financeiros; grau de integração ao mercado; grau de dependência alimentar. (LAMARCHE, 1998, p. 306)

Assim é necessário compreender o campesinato e suas relações de produção familiar para compreensão da complexidade de seu processo histórico.

Identities or territorialities?

Analisando e considerando os sujeitos sociais em suas vivências, assim como seus conceitos históricos relacionados com a essência do meio ambiente, integrando-a em suas diversas extensões sociais e na territorialização, sendo necessária a subjetivação e a regulamentação do Estado para o acesso a políticas públicas.

Uma vez que o território está inserido no espaço através de relações sociais, onde segundo Saquet (2009, apud Saquet, 2007, p. 82), são implementadas as territorialidades relacionadas a um tempo histórico relacional, em continuidade ou simultaneidade em processos distintos de territorialidades e temporalidades. Onde a delimitação do território, é fincada ou fixada através das relações sociais em diversos contextos sociais.

O território significa articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões; é produto de tramas que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições, as redes multiescalares, as relações sociais e a natureza exterior do homem; é objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo. Redes poderes, territórios, apropriações, tempos, produções, territorialidades, atores, todos são elementos e movimentos sempre presentes historicamente, na territorialização, na desterritorialização e na reterritorialização, processos que podem ser apreendidos. (SAQUET, 2009, p.88)

Assim, cada grupo social destaca sua identidade e sua heterogeneidade, caracterizando seu território por suas referências historicamente constituídas em processos relacionais, onde cada apropriação traz consigo identidades externadas em cada movimento ou grupo social.

Luta organizada em prol da conquista pela terra na terra.

Os sujeitos ou atores sociais, organizados em movimentos sociais do campo através da sociedade civil, pressionam o Estado de acordo com suas intencionalidades ou interesses, os quais nesta conjuntura estão inseridos pela luta ou conquista pela terra.

As pressões frente ao Estado produzem mudanças diante das ações institucionais para uma realocação e espacialização de assentamentos rurais, diante da reivindicação pela terra.

A materialização desta luta aflora e manifestam-se dilemas no processo de efetivação de assentados em um território.

O Estado é quem dita os passos e as técnicas para o assentamento das famílias. É nesse processo que os problemas tomam corpo, como por exemplo: morosidade no processo de desapropriação; lentidão das demandas que se dão no âmbito judicial; demora na demarcação dos lotes e construção das casas; lentidão na materialização de outras infraestruturas necessárias; descompasso no sistema de créditos e fragilidade – quando existem – dos programas de assistência técnica e assistência à comercialização, o que dificulta efetivamente a construção do assentamento em uma área de produção agropecuária. (JÚNIOR, 2001, p.7)

A efetivação dos assentamentos enfraquece a organização social do movimento, individualizando interesses e dificultando as conquistas enquanto assentados coletivos em prol das reivindicações do povo. Os sujeitos sociais devem pensar e participar das decisões que envolvem o coletivo, para que não se limitem a materialização da estrutura espacial do assentamento.

A materialização pode ocorrer através da territorialização pela ocupação de terras na espacialização por ações do campesinato dos movimentos sociais, assim, por meio desta conquista, é possível a efetivação e materialização do assentamento rural.

O assentamento é uma fração de território conquistado. É um novo recurso na luta pela terra. Esse recurso significa parte das possíveis conquistas de territorialização. (...) Ao se territorializar, ao conquistar frações do território, territorializa-se na luta pela terra. (FERNANDES, 1996. P. 142)

Ainda assim, os assentados constituem-se a mercê das ações e vinculações do Estado, onde através da mudança social de ex-sem terra para assentado, é projetado para o mercado capitalista, surgindo embates de subordinação para garantir a reprodução social.

O conceito de territorialização relativo aos movimentos sociais no campo deve ser visto apenas como processo de luta pela terra e não como conquista e domínio de partes ou frações do território. Em função desses eventos, a fração do território conquistada e transformada em assentamento rural pode

ser vista como uma área de resistência subordinada diretamente constituinte do território capitalista brasileiro. (MITIDIERO, 2011, p. 11)

Assim, é importante considerar o processo social, relações de poder e dificuldade de materialização enquanto organização social nos assentamentos rurais. Contradições, incertezas, ambiguidades que produzem resistências, por conseguinte geram relações subordinadas que reproduzem o camponês através da política capitalista mercantil.

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles creem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico. (SIMONETTI, 1999, p.70-71)

O campesinato é recriado a partir de novas vivências em um processo contínuo de reconstrução de território em uma abordagem dialética.

Novos Espaços Sociais

Considerando tempo e espaço em uma produção social do espaço, reafirmando identidades em uma dimensão dialética de aceitação a subordinação e ao enfrentamento do capitalismo enquanto meio de produção, em um contexto de “contraposição dialética entre a apropriação e a dominação espacial” (LEFEBVRE, 2006), em que o uso aparece em acentuado conflito com a troca pela funcionalização produtiva do espaço no capitalismo, como negação do direito dos povos ao território, o qual reproduz vida.

Assim, compreende-se a reforma agrária como democratização ao uso sendo proporcional a apropriação do espaço, contribuindo para equidade e isonomia social do campo.

De acordo com a acumulação do capital e as diversas maneiras de dominações impostas, houve ocupações das terras e a espacialização articulada de forças políticas, sendo necessária a intervenção do Estado para mediar os conflitos com a política de assentamentos rurais, através da desapropriação, instaurada pelo I Plano Nacional da Reforma Agrária (1985).

Os assentamentos afirmam o direito social adequado ao seu uso e apropriação da propriedade da terra através da redemocratização da terra sob a concessão do direito real de

uso (Lei 8.629, 1993). Novos espaços como proposta de reforma ou uma nova forma de territórios sociais. Novos espaços que se definem em formação e em conflito com as velhas formas e conteúdos, sendo assim criadas e recriadas novas relações sociais (GERMANI, 2001)

A contemporaneidade assemelha-se a sesmaria, uma vez que demonstrava a dificuldade da demarcação de terras, a população ia aumentando conforme a concessão de terras, da mesma forma que as demandas internas. Posteriormente o acesso a propriedade dava-se pela posse ou ocupação das terras, anteriormente desocupadas, permitidas apenas pelo acesso a classes, onde posteriormente foi legitimado pela liberdade de posse, o que foi normatizado posteriormente com a Lei de Terras (1850) transformando a terra em mercadoria capitalista para os que tivessem condições de comprar, assegurando o monopólio das classes dominantes e a inviabilidade da adoção da terra por trabalhadores livres.

Assim, a terra permite um significado de reprodução de vida e espaço em processos sociais de territorialização, território e territorialidade.

Os movimentos Sociais e a Educação do Campo

A luta dos Movimentos Sociais das comunidades camponesas, através de mobilizações, resistências e pressões por políticas educacionais que confrontassem projetos que não considerem o território e a identidade do povo camponês, considerando as relações sociais em seu contexto para uma prática pedagógica eficaz.

A Educação do Campo surge em uma dinâmica histórica, numa dimensão de luta de sujeitos sociais, originários de um povo específico. A Educação do Campo abrange um caráter político, uma vez que o Estado assume sua responsabilidade perante a Educação, assim como também o caráter pedagógico, voltada para um público específico e sua materialidade de origem, tornando-se indissociável a efetivação do processo; onde os sujeitos da terra sejam protagonistas do processo de formação de uma política pública que dê acesso à educação pública que considere as especificidades camponesas, dos sujeitos, os quais fazem parte do processo e são formadores envolvidos socialmente enfatizados na perspectiva camponesa, na cultura, trabalho, lutas sociais que considerem diretrizes pedagógicas na agricultura, no trabalho camponês, na realidade dos sujeitos do campo considerando o conhecimento produzido.

A Educação do Campo precede concepções pedagógicas, vinculando trabalho a dimensão cultural e as relações sociais considerando a práxis social, integrando os sujeitos em circunstâncias objetivas.

A Educação do Campo abarca múltiplas e diversas dimensões em sua totalidade na vida do campo, em uma perspectiva real, visando processos educativos complexos, abolindo a materialidade da educação do Campo através da instrumentalização.

Concepção Histórica da Educação do Campo

A concepção histórica da Educação do Campo não pode ter uma lente escola centrista enfatizando a concepção ou metodologia pedagógica, uma vez que sua especificidade encontra-se na diversidade de sujeito. A escola de fato não é o único meio de referência para processos formativos educativos instrucionais ou escolarizastes posto por uma sociedade capitalista e por uma lógica completamente dominante, podendo trazer consequências negativas ao invés de avanços.

A Educação do Campo propõe a transformação por processos formadores, ampliando horizontes para a formação humana possibilitando a democratização do conhecimento, através de novas alternativas construídas para a formação de sujeitos legítimos, pelo reconhecimento de seu conhecimento cultural, considerando o pluralismo incorporado a prática pedagógica que revalorize diálogos de superação de uma prática dominante, abstraindo através das experiências, práticas políticas voltadas para a formação de trabalhadores em seu próprio território.

Território e PPP

A Educação do campo tem como uma referência para sujeitos que trabalham e vivem no campo, no entanto torna-se necessário um projeto educativo próprio para estes sujeitos do campo, não somente pelo meio formal, mas por processos formativos constituídos para avançar na práxis, relembrando a origem e os fundamentos da Educação do Campo, avançando, construindo e consolidando ideias e concepções que constitui a relação campo/cidade, abstraindo ideias e experiências para ressignificar práticas dos sujeitos do campo.

Pensar a Educação do campo, política e pedagogicamente, em um processo universal e ao mesmo tempo particular, considerando a materialidade da origem dos povos camponeses. A Educação do Campo contradiz uma agricultura capitalista, uma vez que a morte e exclusão de camponeses tornam-se incompatíveis com a Educação do Campo que visa pensar a educação da classe trabalhadora do Campo.

Faz-se necessário o diálogo para estabelecer uma prática pedagógica com uma concepção holística, voltado para a consolidação de um projeto voltado para o campo.

Inicialmente analisando a relação educação e trabalho dos sujeitos do campo; segundo incluir o diálogo e a cultura como matrizes formadoras e pedagógicas do ser humano; terceiro considerar a matriz pedagógica em experiências formativas e educativas dos Movimentos Sociais referenciando na Pedagogia do Movimento.

Aspectos do PPP da Educação do Campo

Analisando Campo vinculado a formação holística: as relações constitutivas, a materialidade de uma concepção de educação, voltada para a origem e o vínculo nos Movimentos Sociais, partindo de parâmetros da construção de sujeitos históricos e seus processos sociais.

No âmbito das políticas públicas, a articulação nacional “Por uma Educação do Campo”, juntamente com povos do campo, luta por uma política pública que garantam a educação pensada e vinculada no lugar que vivem, não configurando como política compensatória, mas sendo tratada como direito.

Para o projeto de educação, os sujeitos anseiam por uma educação construída com e dos sujeitos do campo, uma vez que possuem direitos para lutar por uma política educacional que caracterize sua identidade, assumindo protagonismo no projeto educativo e seu processo de formação pedagógica.

Considerações Finais

O latifúndio brasileiro ecoa de diversas lutas violentas contra a população proveniente originária e seu direito a terra, assim como a posse ilegítima da propriedade da terra,

motivada pelo interesse do capital, ao qual estabelece as relações sociais necessárias para a produtividade.

A finalização do cativo do escravo abre um tempo para o cativo da terra, a terra é a mediação de conflitos e antagonismos que giram em torno de diversos coletivos sociais, gerando confronto, resistências e conflitos, ressurgindo de forma organizada, consolidando seus anseios através de sua organização espacial para manifestar o seu interesse pela terra ou território, utilizando estratégias de ocupações de terras improdutivas ou sem uso. Os movimentos sociais organizados para reivindicar e/ou requerer o direito negado ao acesso a terra, equacionado em uma sociedade injusta e correlata aos trabalhadores rurais.

A conflitualidade territorial não se limita ao momento de enfrentamento entre classes, uma vez que o conflito é componente integrador e constituinte do sujeito, dependendo da relação de territorialidade e a demarcação do uso do território em um conflito territorial de enfrentamento entre lógicas antagônicas de uso e apropriação do espaço.

Este ideário só será efetivado mediante a vinculação dos Movimentos Sociais. A Educação do Campo é um conjunto ou projeto de educação para a população do campo, porém construída através das experiências dos Movimentos Sociais considerando a pedagogia que considere a dinâmica social e cultural do Campo.

A Educação do Campo quanto à valorização e vínculo do trabalho como princípio educativo, considerando sua identidade em diferentes espaços educativos.

Considerar a cultura enquanto matriz formadora, uma vez que a educação compreende a cultura, sendo que os Movimentos Sociais transformam o ser humano através de processos sociais. A Escola enquanto instituição da Educação do Campo deve-se vincular-se a uma dinâmica social para validar outros processos educativos com a construção de referências para um projeto educacional camponês.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985 Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a produção familiar. Brasília, INCRA, 1994.

FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. – MST: movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: Revista *NERA*-Presidente Prudente, Ano 8, N.6, p. 14-34, Jan-Jun./2005.

FREITAS, Hingryd Inácio; SAMPAIO, José Levi Furtado; GERMANI, Guiomar Inez; Reforma Agrária, Assentamentos rurais e processos de territorialização no litoral sul da Bahia. ENANPEGE- Geografia, Ciência e Política do pensamento à ação, da ação ao pensamento. De 12 a 15 de Outubro de 2017-Porto Alegre.

GERMANI, Guiomar Inez. Assentamentos de Reforma Agrária: produção de novos espaços de vida e de conflito. Cultura Vozes, Petrópolis, Rio, 2001, p. 1-25 p.

LAMARCHE, Hugues (coord.). A Agricultura Familiar: do mito a realidade. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do conceito de camponês. Revista *NERA*, Ano 11, nº 12, p. 57-67, Jan.-Jun./2008-ISSN: 1806-6755

MITIDIERO, Marco Antônio Jr. Reforma Agrária no Brasil: Algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. *Agrária*, São Paulo, Nº 14, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem Territorial. Editora Expressão Popular, São Paulo-2009, 1ª edição.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). A longa caminhada: (re) construção do território camponês em Promissão. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado)